



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia quatro de dezembro de dois mil e dezoito, às nove horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Guedes – Presidente, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Vice-Presidente e Alessandro Luiz Bonifácio – 1º Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo novalimense, declarou aberta a reunião e, em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte de novembro de dois mil e dezoito foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por oito votos. Senhor Presidente: “quero dar um aviso aos vereadores que a pauta está muito apertada, eu terei que marcar diversas reuniões extraordinárias. Tem dois avisos. Eu já pedi por várias vezes que funcionário da Câmara não fique conversando abobrinha aqui no plenário e nem nos corredores da Câmara. Mais uma vez aconteceu ontem, uma funcionária conversando coisas que não são função dela. Estou com o contracheque aqui, ela ganha quinze mil para não fazer nada, porque eu afastei essa funcionária, que o primeiro ato quando eu entrei nessa presidência, ela errou; errou coisa grave e eu tive que afastar. Então, mais uma vez, eu vou pedir, quem decide as coisas aqui na Câmara são os vereadores, não é funcionário



ficar dando palpite e fazendo ondinha. Enquanto eu estiver aqui, eu vou continuar denunciando. Está aqui, quinze mil, um excelente salário para não fazer nada, porque eu perdi a confiança, eu agi certo. Não vou render, não vou colocar o nome. Segundo aviso: denúncias que chegaram agora na Câmara, há meia hora, que a prefeitura concedeu o hall da prefeitura para a firma que está construindo os apartamentos vender os apartamentos, sendo que o projeto foi arquivado pela Câmara. Então, estou avisando os vereadores, a maioria já sabe. É uma coisa que eu, como Presidente, não posso concordar, se está arquivado é porque tem algum problema. Na época, os vereadores queriam votar contra, eu conversei para arquivar para nós conversarmos; não foi isso? O tratado foi esse. Se votasse naquela época, não seria aprovado, então eu pedi, dei a sugestão, está arquivado, não pode vender não. Além de vender, está no hall da prefeitura. Não adianta o Vítor vir falar que não sabia porque está vendendo lá. Então, os vereadores me chamaram, eu fiz o comentário, a palavra esta aberta a todos os vereadores para dar a sua opinião. Qual vereador que vai pronunciar sobre o caso?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, me deixa só fazer um esclarecimento aqui, pode não ser de conhecimento de todos, eu não tenho conhecimento, estou tomando conhecimento agora por parte de vossa excelência a respeito dos apartamentos. Acredito que você está falando que deve ser do chamamento de um dos dois, embora o 1 eu acho que não deve estar andando, que é o Minha Casa Minha Vida 1 e o Minha Casa Minha Vida 1,5. Se for sobre o 1 que vossa excelência está falando, ele é feito direcionado a uma entidade que é quem promove isso, então tem mais autonomia que a



prefeitura. Se for sobre o 1,5 que vossa excelência está falando, no 1,5 foi feito um chamamento público, esse chamamento público já tem uma empresa vitoriosa, a empresa pode inclusive e já devia ter construído esses apartamentos, iniciado a construção desses apartamentos. O projeto de lei que veio para essa Casa destina à passagem do nome dos empreendimentos, da fração ideal do apartamento para o comprador que, no caso, seria servidor público de acordo com a legislação. Isso não impede a empresa de fazer a venda, isso não impede a empresa de dar continuidade no processo dela. A única coisa que o projeto de lei destina é à passagem do nome para o proprietário, só deixando isso claro como líder de governo”. Senhor Presidente: “o senhor faz o favor de repetir só o finalzinho que o senhor falou”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “o projeto de lei que veio para essa Casa, se for o projeto de lei do Minha Casa Minha Vida 1,5, o objetivo dele é passar para o proprietário final, que no caso seria o servidor público, a propriedade do imóvel, que eu acho que facilitaria alguma coisa referente a parcelamento, financiamento junto à Caixa. Mas a empresa hoje é detentora, de acordo com o chamamento público, e é autorizada a realizar o investimento”. Senhor Presidente: “aí é pior, em minha opinião. O hall da prefeitura não é para fazer esses tipos de negociações, vender apartamentos de uma firma que será beneficiada, vender apartamentos no hall da prefeitura, isso é a minha opinião. Outros vereadores querem pronunciar? Vou perguntar ao Tito se ele sabe se são os apartamentos de 1,5. Você tem ciência da venda que parece que começou essa amanhã, se é o de 1,5?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “bom dia, senhores vereadores, bom dia,



público que está aqui na nossa galeria, que nos assiste pela TV Banqueta. Fico até feliz, Senhor Presidente, de você fazer essa deferência a mim, comprova que eu tenho um pouquinho de conhecimento em relação ao Minha Casa Minha Vida. A informação que foi trazida pelo líder não procede. O procedimento em relação ao chamamento público do Minha Casa Minha Vida 1,5 que, inclusive, fui eu que iniciei, quando estive de secretário de habitação, ele só é simplesmente para escolher uma empresa que vai executar o empreendimento. Todo o trânsito, todas as formalidades legais para se ter a aprovação e ter o subsídio do Minha Casa Minha Vida é feito pela Caixa Econômica Federal, pela gestão de engenharia da Caixa. E para tanto, uma das exigências é que tenha esse projeto de lei, que a Casa deu um parecer contrário e arquivou, para que ela possa dar andamento no empreendimento. O que ela pode estar fazendo agora e ela está fazendo uma pré-venda ali, eu vi um banner na porta do hall da prefeitura que está fazendo uma pré-venda, ela está fazendo uma antecipação para antecipar todo o processo que ela teria que fazer após essa aprovação da lei, que com essa lei ela consegue andar com o projeto dela de engenharia na Caixa, sem essa lei ela não anda, a não ser que o município tenha feito alguma forma via decreto e aí a gente não sabe. Mas a Caixa não é de aceitar via decreto, a não ser via legislação. A informação que Wesley trouxe aqui em relação ao projeto de lei, que ele dá uma fração a cada mutuário, isso está correto, mas a empresa não poderia fazer comercialização nesse momento. E eu acho incorreto também, visto que a empresa tem que ter o seu estande de venda no local particular, ela está fazendo em um espaço público, ela está ali ganhado capital, ela está



tendo lucro. É a mesma coisa se eu respondesse por uma operadora de cartão de crédito, quisesse vender para prefeitura e pedisse o espaço ali para vender para o servidor. Eu acho que existe uma irregularidade nessa questão. Porque vai escolher uma empresa e não escolher a outra? Tem vários outros corretores em Nova Lima que vendem imóveis, que poderia vender ali para servidor ou não servidor. Eu acho que o equívoco está nisso. Mas causa estranheza fazer essa comercialização do Faixa 1,5, sendo que o projeto está arquivado aqui na Casa”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, eu fui citado, só para fazer um esclarecimento”. Senhor Presidente: “sim, senhor”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “na verdade, eu vou voltar a repetir o que eu pontuei no início aqui, a Caixa Econômica Federal só autoriza fazer o financiamento se tiver um projeto de lei que permita fazer a doação final para o mutuário, por que? Porque ela vai financiar para o mutuário final, ou seja, o proprietário final. E para ela financiar para o proprietário final, o bem tem que estar no nome dele porque o bem é dado como garantia, se o bem não estiver no nome do mutuário, a Caixa não financia a obra, então ele não entra nas faixas do Minha Casa Minha Vida. Mas isso não impede a empresa de realizar a construção do imóvel, desde que seja com recursos próprios dela, isso eu estou falando com conhecimento de causa, se não tiver o projeto de lei, não consegue fazer financiamento, nenhum proprietário vai conseguir fazer financiamento. Diga-se de passagem, ressaltando que essas unidades seriam destinadas para o Minha Casa Minha Vida para funcionário público, então se é funcionário público municipal, parte do pressuposto que seja feita a venda em espaço público da prefeitura municipal de Nova Lima”. Vereador



Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, eu vou comunicar a vossa excelência, desde já, que depois que nós exaurirmos a pauta de votação, ou seja, quando entrar na parte de requerimento, eu vou convidar os dois vereadores, mas quem mais se interessar sinta-se convidado, para que eu, o vereador Flávio, o vereador Silvânio possamos ir até o hall da prefeitura, acompanhados da polícia, para a gente fazer um boletim de ocorrência, porque usar espaço público, prédio público para ter lucro, isso em lugar nenhum está certo. Então, está feito o convite, caso alguém mais se interesse, exaurindo a pauta de votação, a gente vai se encaminhar até o hall da prefeitura”.

Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente. Só fazendo mais uma colocação, o chamamento público feito pela prefeitura é muito claro, ele é exclusivo para o Minha Casa Minha Vida, então se está fazendo com outros tipos de recursos, o chamamento público caiu, não existe mais, então tem que ser extinto o chamamento público. Ele é muito claro, tem uma cópia no meu gabinete, quem quiser a cópia está lá, ele é muito claro que é exclusivo para o Minha Casa Minha Vida até Faixa 1,5. Se está fazendo de outra forma, já que não vai ter benefício ao mutuário final, ou seja, ao servidor, ele tem que ser excluído porque é um terreno público onde vão ser construídas essas unidades”.

Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente. Eu acho que, sessão por sessão, só vai provando o desrespeito que ele tem por esta Casa, o desrespeito a todos. Você vê que é um cara que persegue as instituições, é um cara que toma decisões truculentas, é um sujeito que acha que está vivendo em 1960, onde as leis do país não funcionam, é um sujeito que as contas dele vieram para esta Casa em 2003, elas não passaram pelo aval



do nosso Plenário, mesmo as contas sendo reprovadas. A gente fica se perguntando: até quando ele vai agir assim? Aí, fica a resposta também, gente, é até o dia que esta Casa aceitar. Esta Casa passa a aceitar calada. Ele muda a regra do jogo, talvez ele tenha até mudado o nome de Nova Lima e a gente não está sabendo, às vezes é Sucupira. Eu acho que a gente tem até que ver se a gente está realmente na cidade certa. Porque nós não tomamos providência nenhuma, a gente vê, ouve, assiste e a gente não escala, semana que vem a gente passa a discutir outra truculência dele e ele continua. E o pior, que em cada reunião que ele vai, ele não trouxe mil e duzentas apartamentos e casas para essa cidade porque a Câmara barrou, a Câmara parou, a Câmara arquivou, toda culpa está nesta Casa. Se uma secretaria não funciona; não é, vereador Silvânio? Se a secretaria de educação não funciona é porque a Câmara Municipal gasta muito dinheiro. É isso que o senhor ouviu, vereador? Ou seja, tudo de ruim é a Câmara Municipal, as coisas pequeninhas de bom, que é tampar um buraco no asfalto, aí é ele que fez. Então, eu acho que esta Casa tem que tomar no mínimo a vergonha e legislar para o nosso povo, defender o nosso povo, defender acima de tudo. Tem um projeto nesta Casa hoje que o vereador Álvaro, se eu não me engano, o vereador Silvânio pediu informação, as informações não chegaram, mas essa Casa está aqui para votar, aí com a mesma cara de pau de sempre, eu acho que tem um óleo de peroba naquela sala ali, passa um pouquinho, vem para o plenário e vota. Então, gente, deixa os cargos de encarregado para lá e vamos ser vereadores, vamos legislar, se nós estivermos em Nova Lima, Senhor Presidente, se a cidade não tiver mudado de nome; se tiver, a gente volta para



casa caladinho de novo. Obrigado”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura da proposição que deu entrada na Casa: Projeto de Lei nº 1.749/2018, autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivos que menciona da Lei Municipal nº 1.996, de 06 de junho de 2007 e dá outras providências”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de pareceres e interstícios, votação na segunda parte da reunião, para a votação do Projeto de Lei 1.749/2018 em dois turnos. Consultar o Plenário para a dispensa de pareceres e interstícios”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não concordo, Presidente”. Senhor Presidente: “eu vou colocar em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, Presidente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “pela ordem, Senhor Presidente. Quando a gente estava discutindo aqui o conselho de habitação, alteração até na questão do conselho também, que era uma atualização, eram duas folhas, inclusive foi até necessário fazer emendas, mesmo sendo duas folhas. E aqui está tendo uma alteração significativa em relação ao conselho municipal de esportes, então seria interessante, Senhor Presidente, pelo menos, deixar uma sessão para que a gente pudesse analisar, só para a gente ver se tem alguma coisa que a gente pode aperfeiçoar aqui, entendeu? Porque ela é bem completa e está alterando a Lei de 96. Para a gente ver se está adequado. Então, eu queria sugerir ao senhor que deixasse para, pelo menos, a gente fazer parecer conjunto e, na semana que vem, se alguém tiver emenda, alguma coisa para a gente poder contribuir na discussão dessa legislação”. Senhor Presidente: “eu já ia solicitar aos vereadores o parecer conjunto, será aceito o parecer conjunto”.



Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não, eu não aceito”. Senhor Presidente: “eu vou colocar, calma, gente. Consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Tiago Tito”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “como presidente da Comissão de Legislação e Justiça, eu não aceito”. Senhor Presidente: “os vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não aceito”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, Presidente”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “procurador da Casa, por favor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, infelizmente”. Senhor Presidente: “que procurador da Casa, Coxinha? Calma aí, rapaz”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não aceito, eu sou o presidente da Comissão de Legislação e Justiça”. Senhor Presidente: “outro dia mesmo você disse que o presidente é que determina as coisas aqui, que o jurídico da Casa não manda, quem manda sou eu. Um dia você fala uma coisa, outro dia fala outra. Eu estou colando para o Plenário decidir, o Plenário é soberano”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, eu posso contribuir?”. Senhor Presidente: “pode”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “diversos momentos ao longo dos dois anos pelos menos que eu estou aqui, essa discussão veio à tona, sobre parecer conjunto, dispensa de interstício, o que quer que seja, mas nós nos acordamos de quando o presidente da comissão não concorda, infelizmente, nem o Plenário pode ser consultado, já que ele, como presidente da Comissão de Legislação e Justiça, não quer parecer conjunto. Então, ele tem que ter o direito enquanto presidente da principal comissão da Casa. Depois de emitido o parecer da Comissão de Legislação e Justiça, se



na próxima semana, por ventura, o senhor entender por bem, consultasse e as outras duas optam por fazer em conjunto, aí tudo bem, mas infelizmente, Presidente”. Senhor Presidente: “ok, então na próxima reunião, eu vou solicitar que façam os pareceres conjunto, está ok? Encaminho para a Comissão de Legislação e Justiça”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.741/2018, autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivo da Lei Municipal nº 2.621, de 29 de dezembro de 2017 e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu gostaria que Vossa Excelência consultasse o Plenário quanto a possibilidade de a gente colocar dispensa de interstícios, dispensa de outros pareceres e colocar em primeira e segunda votação ainda hoje”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, espera aí, antes de o senhor consultar o Plenário. Silvânio, perdão, mas eu preciso que você preste atenção, foi acabado de ler o parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao projeto de lei das diretoras, que nós nos reunimos sexta-feira. Perdão, é o próximo”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e votação na segunda parte da reunião para a votação do Projeto de Lei nº 1.741/2018 em dois turnos. Consulto o Plenário se está de acordo, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Será votado”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, sinceramente, o senhor me perdoa e as pessoas vão entender, como o projeto vem por número, a gente realmente às vezes se



perde aqui, esse projeto fala sobre o que? Porque nós vamos votar esse projeto”.

Vereador Wesley de Jesus Silva: “PERT, vereador”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ah, sim, perfeito”. 2) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei Complementar nº 1.736/2018, autoria do Poder Executivo, que “Estabelece alterações na Lei Municipal nº 2.298/2012 e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Educação. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, na Comissão de Educação, eu acho que a gente vai antecipar aqui já, nós tivemos uma reunião em que esteve presente o senhor, o vereador Álvaro, vice-presidente e o vereador Wesley de Jesus. E a gente convencionou algumas questões com as diretoras aqui e uma delas, talvez a Comissão de Legislação e Justiça tenha deixado passar justamente para quando chegasse em outra comissão, que a gente pudesse discutir, falta o anexo I”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “veio aí”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “falta não, vereador”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ah, ele veio agora?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “está junto do parecer agora”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “foi feita uma emenda do Executivo e nós juntamos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “então está bom”. Senhor Presidente: “está na pauta”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “se foi juntado, está ótimo. De qualquer forma, eu acho que não tem um erro meu aqui, ele veio agora na pauta e a gente recebe a pauta junto aqui”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “me dá um aparte?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é só



uma ponderação, na reunião de sexta-feira com as diretoras, que contou com a presença da secretária de educação”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “foi acordado com as diretoras e com a secretária que elas tentariam se reunir com o Chefe do Executivo”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “exato”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “se não me engano, a agenda quem conseguiria é o vereador líder de governo. E a gente assumiu um compromisso com elas de que esperaria essa reunião”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “todos concordaram com isso, que após a reunião, a gente continuaria a tramitação do projeto. O senhor sabe me informar se já foi agendado?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “a reunião vai ser na quinta-feira”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “então está ótimo. A gente vai esperar a reunião para a reunião da comissão”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, pela ordem, eu só vou fazer um esclarecimento. Eu só vou fazer um esclarecimento aqui, Silvânio, só para deixar claro que nós só demos o parecer depois que o anexo chegou, só para demonstrar que nós tínhamos conhecimento do anexo”. 3) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.740/2018, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Isenta a passagem de ônibus para aqueles que fazem tratamento contra o câncer e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 4) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.742/2018, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Município de Nova Lima a associar-se à AMIG –



Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 5) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.743/2018, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Município de Nova Lima a associar-se à GRANBEL – Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto.

Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência consultasse o Plenário quanto a possibilidade de a gente fazer a primeira e a segunda votações, desse projeto e do próximo ainda hoje, dispensa de interstícios e pareceres”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Wesley de Jesus. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Três votos contrários, sete favoráveis. Aprovado”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, com relação a esse projeto, eu vou explicar, vereador Wesley, porque eu votei contra. A gente outro dia solicitou aqui ou pelo menos a gente ventilou a possibilidade de entender das duas associações, como isso funcionaria em termos de valores, essa coisa toda. E eu, pelo menos, em meu gabinete, não tive essa resposta, pode ser que chegou e eu não recebi. Eu acho que seria importante, Senhor Presidente, que isso aqui cria, mas eu quero acreditar e, por não ter a informação vinda da administração, eu posso estar cometendo um erro aqui, mas eu quero acreditar que isso aqui vai ter algum custo para a administração e esse custo precisa ser entendido. E precisa ser entendido, Senhor Presidente e vereador Wesley, eu não sei se o senhor



percebeu na reunião que nós fizemos com as diretoras aqui, a secretária fez uma colocação que, em minha opinião, é muito importante, que ela dizia que os projetos que tramitam na Casa precisam ter uma celeridade porque a prefeitura, em breve, vai ter que fazer demissões em função dos projetos que estão parados aqui porque ela não consegue bancar a folha nos cinquenta e dois por cento, ela falou em cinquenta e quatro por cento. Beleza. Eu acho que até aí está tranquilo, eu não vejo problema nenhum, realmente tem que analisar e é lógico que nós vamos discutir isso aqui. Mas, para além disso, ela fez uma colocação que está sendo praxe na administração, eles estão dizendo que a folha da prefeitura não chega no lugar porque essa Casa gasta muito dinheiro e mesmo que a administração faça as adequações necessárias, que com o valor que a Casa consome, que ela não consegue chegar aos cinquenta e dois por cento, ou seja, ela foi muito clara com relação a isso, ela falou que a administração já conseguiu chegar no limite prudencial, porém, a hora que engloba o valor da Câmara, que a Câmara gasta setenta por cento do que ela recebe com folha de pagamento e isso está prejudicando a administração. Em tese, não tem nada a ver uma coisa com a outra, mas essa administração gasta mal. A gente tem acompanhado todos os dias os decretos da administração, as exonerações, as contratações, que é normal em uma administração, mas que acontecem com uma velocidade muito grande. E essa semana eu estive lá, foi criada mais uma comissão. Pasmem os senhores, o prefeito que tanto falou na campanha que a prefeitura tinha muita comissão, ele criou agora uma comissão 'considerando a necessidade de coordenação e supervisão de qualidade do atendimento pelo servidor ao



público'. Essa comissão tem duas pessoas e eu não estou fazendo nenhum demérito às pessoas que estão nessa comissão, de maneira nenhuma, mais vinte por cento para o salário dessas duas pessoas, ou seja, muito me estranha uma administração que fala que não está conseguindo pagar a folha de pagamento. Aliás, é diferente, a administração está se vangloriando que ela pagou, inclusive vai pagar o décimo terceiro e aí são méritos mesmo da administração, Nova Lima é uma das poucas cidades que está conseguindo fazer isso, mas está criando dívida todo dia, loucamente, como se a gente fosse ter essa arrecadação para o resto da vida. A gente sabe que isso não vai acontecer, o minério uma hora vai acabar e esse papo é antigo. Então, eu peço aqui, se por um acaso esse projeto for para a votação hoje, eu vou pedir vistas dele porque eu penso que seria interessante a gente entender e eu não estou falando que vai ser dessa forma, mas seria interessante a gente entender o que a prefeitura vai gastar com essa instituição. Assim como é interessante cada cidadão entender, quando falar que a Câmara gasta muito, quanto que a prefeitura está gastando com os mais de cinco mil funcionários dela, quanto que a prefeitura está gastando com os mais de quinhentos comissionados, que diziam que duzentos era muito. Nós temos que ter esse cuidado. Então, Senhor Presidente, eu peço que a administração faça esse encaminhamento, que nos mande aqui o valor que se vai gastar com essas duas instituições que, diga-se de passagem, são importantes, mas que a gente tem que ter conhecimento para votar com conhecimento de causa, eu não vou votar nada aqui de olho fechado". Senhor Presidente: "vereador, eu tive que me ausentar dessa reunião, foi até bom eu ter me ausentado porque eu daria



a resposta para a secretária de ensino”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, só para o senhor não cometer uma injustiça”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “o vereador vai falar que foi uma fala que partiu...”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “fui eu que falei, não foi ela”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, não foi, mas o senhor...”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “só pontuando porque quem trouxe essas informações fui eu, não foi ela não”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “é uma pena que a reunião não estava sendo gravada e antes de falar nesse assunto...”. Senhor Presidente: “eu acho que foi gravada. Não foi não?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não foi. Antes de falar nesse assunto aqui, eu me preocupei com essa questão porque vai ficar o dito pelo não dito. E aí eu concordo com o senhor, vereador, eu não quero crucificar a secretária”. Senhor Presidente: “mas tem uma Ata, não foi feita a Ata?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “foi feita a Ata, Senhor Presidente, mas é aquela Ata que não é detalhada igual essa Ata que a gente faz aqui, é uma Ata resumida. Então, só para dar resposta a isso, o senhor só fez essa colocação motivado pela colocação dela. O senhor concorda que a primeira fala foi: ‘olha, a administração...’. Foi em uma fala em que eu dizia que as diretoras, o ganho que elas têm, em minha opinião, é pouco, em função de tudo que elas assumem no município, principalmente a questão de educação no município, e ela começou falando justamente dos gastos da Câmara e emendou falando de algumas questões que ela quer fazer reforma lá e que os projetos não caminham. Eu até defendi porque eu vejo que isso que ela falou é verdade mesmo, a administração tem dificuldade de fazer licitação. Mas então eu tive essa preocupação antes e na hora que eu conversei



com os vereadores eu falei assim: ‘gente, isso não foi gravado, então pode gerar um desconforto para a secretária’, que gentilmente veio aqui, fez a colocação dela. E às vezes é uma visão da pessoa, não estou dizendo que isso está certo nem que está errado. Eu estou dizendo que para uma administração que fala que a Câmara gasta tanto, não é justo o que eles estão fazendo naquele outro prédio lá da esquina”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “um aparte, vereador?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “aparte concedido”. Senhor Presidente: “eu gostaria de só de frisar”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “deixe-me só falar antes do senhor, Presidente”. Senhor Presidente: “um momento, eu já tinha pedido anteriormente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “é que o senhor vai cometer uma injustiça, Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio, a secretária de ensino disse que a Câmara gasta muito? Ela disse aqui na reunião? Eu me ausentei. Ela disse isso?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, em uma das falas foi citada a questão da Câmara”. Senhor Presidente: “mas ela que falou?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “calma. Em uma das falas foi citada a questão dos gastos da Câmara por ela e o vereador Wesley completou sim, dizendo de todas aquelas coisas que o vereador já fala aqui, que tentou diminuir os custos da Câmara, mas que não conseguiu. Eu, particularmente, Senhor Presidente, independente, porque o assunto começou ali, eu penso que esse assunto é totalmente desnecessário. A Câmara gasta um valor e aí eu vou fazer uma justiça com o vereador Wesley porque nós estivemos juntos falando desse custo da Câmara e eu sempre falei: ‘dá para enxugar’. Agora, isso não significa dizer que o que a Câmara gasta é ilegal, porque quando fala isso para um



grupo de pessoas daquele ali, fica parecendo que esta Câmara está aqui só gastando dinheiro, que nós estamos aqui só queimando dinheiro e esquece, mais uma vez, eu vou dizer e esquece do que se gasta ali. Eu não estou dizendo que aqui está certo, nem que lá está errado, eu estou dizendo que tem erros de todo lado, que nós precisamos trabalhar essa questão. E talvez não tivesse necessidade, em uma reunião, com pessoas que são formadoras de opinião, com pessoas que estão aqui cuidando dos nossos filhos, trazer um assunto daquele para aquela plenária ali. Mas eu vou deixar o Wesley...”. Senhor Presidente: “não, eu estou com a palavra”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “perfeito, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “essa conversa de gastos da Câmara é uma coisa nojenta. A minha opinião é que a secretária de ensino, nós estamos em uma democracia, ela fala o que quiser, mas ela não tem o direito de vir à Câmara com um grupo de professora e citar problema de Câmara. Ontem foi dito aqui sobre aumento de salário, se eu pudesse, eu faria aumento aqui na Câmara para todos os funcionários. Só que a Câmara, hoje, com esses vinte e quatro milhões, nós passamos apertados. Olha, ela tem todo o direito, vai ao Tribunal de Contas, ela pode pedir uma CPI contra a Câmara. Eu acho que ela deveria se preocupar com o ensino, é muita gente do ensino que está insatisfeito com ela. Eu estou entrando com um requerimento aqui, pedindo urgência na reforma das escolas. Para quem não sabe, a Câmara tem direito de sete por cento. Então, fica me irritando aqui o tempo todo com esse assunto. São vinte e quatro milhões e acabou. Em minha opinião, não sou eu que vou assumir ano que vem não, é o Fausto. A Câmara deveria ter solicitado os sete por cento. Eu estou saindo. Eu sei o que a Câmara



gasta. Então, isso é um ataque à Câmara, ela falar isso com as professoras. Ela não tem esse direito. Ela foi chamada aqui não foi para falar sobre verba de Câmara. Ela foi chamada aqui, os vereadores foram todos convidados, para olhar os problemas da reforma. Agora, vinte e quatro milhões para seiscentos milhões que a prefeitura vai arrecadar. Não vem fazer política aqui não, que o bicho pega. Aliás, eu não canso de falar, na prefeitura tem uma turma lá que me persegue há vinte e sete anos. Tudo em que eu estou, eles ficam me cutucando. Ontem pediram aumento de salário aí. O vereador pediu aumento de salário? Ele queria que passasse para seis ou dez milhões. Eu tive que ir lá ao Ministério Público e mostrar para a doutora que nós gastamos vinte e quatro milhões, que aqui não tem roubo não. Até que se tiver, tem que me punir mesmo. Eu zelo pela Câmara, eu faço economia, eu sou atacado porque eu faço economia aqui. Olha quanto que nós gastamos com divulgação da Câmara, eu seguro, se eu for olhar, eles querem uma página inteira, eu dou um quarto de página, porque tem uma audiência pública, eu sou... Olha quanto que foi solicitado lá, a verba com a Ana, olha lá. E eu seguro mesmo porque senão não teria décimo terceiro e o pagamento aqui poderia atrasar. Primeiro eu olho os funcionários. É duro o cara trabalhar, chegar ao fim do mês: 'ah, atrasou'. Não pode enfiar a mão pelos pés no dinheiro da Câmara. E eu sou atacado todos os dias. Privilégio para uns. Já falei com Vítor isso, eu sou perseguido por alguns funcionários lá na Câmara, o secretário, porque eu chego aqui e tenho coragem de falar. A Viviane está errada, ela não veio aqui para isso não. Se ela quiser falar de finanças da Câmara, a porta está aberta, vai lá na tesouraria, olha, se tiver algum erro.



Então, sou revoltado com isso. Fica me cutucando. Eu estou saindo, graças a Deus, vou sair de cabeça erguida. O Fausto, há uns três meses atrás, ele falou lá no gabinete: ‘o Zé Guedes não está nem aí para as finanças da Câmara porque ele vai sair’. Eu respondi para ele: ‘ao contrário, eu sou Câmara Municipal, eu não sou prefeitura. Eu estou preocupado com a sua gestão com os vinte e quatro milhões’. A prefeitura nos deve seis milhões, como é que ninguém fala isso? A Câmara estava destruída, o prédio, eu fiz a reforma com pouco dinheiro Até hoje não tem um que me elogia. Então, fiz o elevador aqui, que é obrigatório dois andares ter o elevador, ficaram vinte anos, ninguém fez. Isso ninguém fala. Eu não preciso de propaganda para o meu nome, eu trabalho, os meus eleitores sabem que eu estou aqui de manhã, à tarde e à noite. Estou trabalhando nos bairros domingo, feriado, Natal, se me chamar, eu estou lá. Agora, o direito meu de requerer aqui e o prefeito autorizar, como estou com duas, três autorizações e paradas por sacanagem. O prefeito autorizou, o secretário tem que fazer, ele é obrigado a fazer. Isso está me irritando, me cansando. E olha que eu sou situação, Vítor Penido, há quarenta anos que eu ando com o Vítor. Não dá para entender. Eu já falei com o Vítor, já falei com o Vitinho, eu não vou aceitar privilégios para determinado vereador e me massacrar, eu não vou aceitar. As coisas que eu solicito não são para mim nem minha família, não tem um irmão meu que trabalhe na prefeitura sem ser concursado, minhas irmãs já estão aposentando, uma, duas, três, há quarenta anos trabalham na prefeitura. Aposentando, com concurso, não é o Zé Guedes que pediu não, por debaixo do pano não. Então, vamos devagar com o andor, que o santo é de barro. Não venha para cima



de mim que eu já falei, gente, me atacou, tem resposta na hora. Não tenho nada com esse pessoal aí não. Vítor determinou, tem que fazer. Janeiro eu vou ter mais folga porque tomar conta disso aqui, isso aqui é um vulcão pegando fogo vinte e quatro horas, tem que ficar junto. Você vê o que eu citei da funcionária que ganha quinze mil, ela fez coisa errada, eu tive que agir, ela cutucou, então leva a resposta. Eu não sou contra fazer nada para o vereador, desde que seja pelo povo. Então, privilégio para uns e massacre para outros. Eu não vou aceitar”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “um aparte, vereador?”. Senhor Presidente: “mais um minuto”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “eu vou dar o aparte. A AMIG é uma entidade muito importante, através da AMIG, nós conseguimos... A AMIG, o Vítor Penido, o Fabinho, que eu vou homenageá-lo aqui em Nova Lima, o Fabinho Ramalho, nós vamos arrecadar mais cinquenta milhões, através da AMIG, que o prefeito Vítor e algumas pessoas lutaram o tempo todo contra esse desmando, as prefeituras mineradoras levavam dois por cento, hoje, três e meio. Cinquenta milhões que vão beneficiar o nosso povo e as cidades mineradoras do Brasil, foi através da nossa AMIG, Minas Gerais. Defendo a AMIG. Eu sei quanto será mensalmente: a AMIG onze mil e a GRANBEL quinze mil. São duas entidades sérias, por que essa mensalidade? Os dirigentes da AMIG têm que ir à Brasília, tem os gastos, passagem, estadia. Tem que ter os associados, eu defendo por isso. Quinze mil GRANBEL, onze mil AMIG. Eu vou votar a favor e acho que essas duas entidades são muito importantes para Minas Gerais. Com a palavra o vereador Wesley”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor



Presidente, na fala do senhor, antes do Wesley, o senhor me permite? É só por causa do valor das duas entidades. Longe de mim aqui, falar de AMIG e GRANBEL, até porque eu não tenho conhecimento de causa para discutir esse assunto, não acompanho as duas entidades, assim de forma que me dê credibilidade para versar aqui sobre esse assunto. A minha solicitação, que o senhor agora acaba de responder, é sobre justamente esses dois valores. A gente está votando um projeto que podia ser onze mil, mas que podia ser cem, podia ser duzentos, eu não tinha...”. Senhor Presidente: “vereador, mas estão no projeto as quantias”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu sei que está. Eu estou dizendo que nós temos outras cidades que também fazem a contribuição e eu não sei o valor que essas outras cidades contribuem, se é com mil, se é com dois mil, se é com cem mil. Eu penso que, apesar de as duas entidades serem extremamente importantes, elas precisam. Mas, mais do que isso, a administração, Nova Lima faz parte da GRANBEL. Eu trabalhei na prefeitura, isso em noventa e dois, mais ou menos, Nova Lima já era ligada à GRANBEL. Está querendo legalizar, está querendo fazer um acerto? Como é que era? Se tinha um valor que era repassado para essas duas instituições, como era feito esse valor? É isso que eu preciso entender antes de votar. Mas não tenho nada contra nenhuma das duas instituições. Obrigado, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “primeiramente eu quero ressaltar, vereador Silvânio, que eu não me lembro que a secretária tenha iniciado esse assunto, mas se o senhor diz, quem sou eu para questionar, porque eu posso ter me equivocado ou não prestado atenção. Eu,



realmente, pontuei e não é novidade para nenhum vereador que eu venho fazendo esse questionamento. Quando Vossa Excelência pontuou o aumento do salário das diretoras para dez mil, eu pontuei que a folha de pagamento da prefeitura de Nova Lima já tem um comunicado do Tribunal de Contas falando que nós ultrapassamos o limite. Por que ultrapassamos o limite? Porque a prefeitura de Nova Lima está no limite prudencial de cinquenta e dois por cento e pouco, só que entra o custo da Câmara, porque nós estamos falando de um ente federativo praticamente, o município de Nova Lima, e quando entra a folha de pagamento da prefeitura de Nova Lima, isso vai para cinquenta e cinco ponto sete. Isso, se o senhor quiser, eu posso mandar para o senhor ou para qualquer um que tenha qualquer tipo de dúvida, os relatórios que comprovam que a Câmara de Nova Lima acrescenta em três e pouco a folha de pagamento, o que impede o prefeito de fazer qualquer tipo de investimento. Que eu bato no orçamento da Câmara, isso não é novidade. Eu sei que tem vereador que acha que eu falo abobrinha, batatinha aqui. Eu estou cansado de ouvir batatinha aqui também e fico calado, isso é democracia. Eu estou aqui, ontem bem pontuou outro vereador aqui, eu não tenho patrão aqui dentro, eu estou aqui para representar o público que votou, para representar Nova Lima da forma que eu acho melhor. Essa é a minha opinião e a opinião tem que ser respeitada. Pronto, eu acho que tem que ser assim, isso é democracia. Já cansei de ouvir batatinha, se acham que eu estou falando batatinha, eu vou continuar falando essa batatinha até o final porque eu acredito nela. Então, só ressaltando essa questão da secretária. Quanto à questão, voltando ao projeto, eu pedi dispensa de parecer, primeira e segunda votação porque



quando se faz isso, se permite só vista ou adiamento, segundo o nosso Regimento Interno. Como nossa pauta está estourando, para que seja possível votar ainda esse ano, eu fiz esse pedido, de forma que o senhor vai ter o direito de pedir vista e ter conhecimento. Só ressaltando que graças ao trabalho da AMIG, que hoje tem trinta e quatro municípios filiados e que Nova Lima sempre foi protagonista, não é de hoje, independente do nome de prefeito, Nova Lima sempre foi uma das cidades que mais teve uma atuação dentro da AMIG e tem trinta e quatro municípios e da GRANBEL, graças ao trabalho da AMIG, hoje nós temos uma arrecadação a mais no município, de aproximadamente cinco milhões por mês. Então, dar continuidade nos trabalhos da AMIG e graças a esse aumento na arrecadação, a AMIG vai passar a ser um ente nacional e aí todos os municípios estão fazendo as readequações financeiras das atribuições e contribuições. Só para finalizar, a título de trazer informação para a população de Nova Lima, a Vale garante a produção até 2045 da mesma condição de minério, sem queda de arrecadação, então até 2045, nós temos resguardadas, se ela conseguir todas as licenças, a mesma contribuição e a mesma arrecadação, oscilando pelo valor do minério. Só a título de informação”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu fui citado, eu não vou render não”. Senhor Presidente: “seja breve, vereador”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “primeiro, o assunto nasceu sim nesse Paço. Segundo, é interessante quem está nos assistindo, porque quando interessa falar da AMIG, aí é graças à AMIG que a gente tem os royalties do minério aumentado, quando interessa ao ex-deputado Vítor Penido, foi um trabalho árduo dele na Câmara,



que ele não conseguiu na época dele, mas que veio agora e ele conseguiu. O Presidente, já muito bem fez aqui, do Fabinho Ramalho, ou seja, isso é um filho de vários pais e a gente toda hora paga por isso, infelizmente. Graças a Deus que a AMIG fez o trabalho que ela se propôs a fazer. E mais uma vez eu estou dizendo aqui, eu não sou contra a AMIG e muito possivelmente, se o valor das outras cidades for equiparado a esse aqui, ainda que o meu voto aqui eu já entendi que não vai valer de nada, eu vou votar contra. Eu entendendo quanto que as outras cidades vão mandar para a AMIG, se for mais que isso, ótimo, tem cidade que pode contribuir com mais, se for menos a maioria das cidades, eu vou votar contra o projeto, estou dizendo aqui já de uma vez, verbalizando qual vai ser meu voto. E deixo externada a satisfação de saber que os royalties do minério, isso é muito bom, vereador, vossa Excelência não está errado não, um projeto desses é feito a várias mãos sim, ele é feito, inclusive, com as mãos da oposição porque às vezes tem algum posicionamento diferente. Agora, a gente sabe mais do que ninguém como que foi a tramitação desse projeto na Câmara, a gente sabe as negociações que tiveram, porque o projeto não caminhava ou caminhava e chegou nesse desfecho agora. De qualquer forma, parabéns para a AMIG, parabéns para a GRANBEL”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “um aparte?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “aparte concedido”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “se os senhores não se importarem, para tentar acabar com essa discussão, que eu acho que já extrapolou, respeitadamente, cada um pode falar, mas já foi demais. Eu tenho uma assessora que todo mundo conhece, doutora Priscila, está ali. Ela foi, durante doze anos,



consultora jurídica da AMIG. Quando ela veio trabalhar comigo, coitada, perdeu o emprego na AMIG, não é, doutora? Porque o atual prefeito também é o presidente da AMIG, ele não me acha bonito, começou a não te achar bonita e te mandou embora. Apesar de você ficar lá por doze anos, independente de presidente de AMIG, mas ficou pela competência e pelo profissionalismo, tanto é que se houver alguma dúvida sobre esse projeto, que hoje Nova Lima arrecada mais, foi ela quem revisou o projeto para os deputados federais, foi ela quem negociou com a Vale. Então, é a pessoa mais indicada para tratar do projeto, do aumento da arrecadação, a doutora Priscila participou nos bastidores. Muito obrigado, viu, doutora, por ter contribuído com Nova Lima. Mas vamos seguir a pauta, Presidente, por favor”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem”. Senhor Presidente: “não com relação a isso. Quem pediu?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “sou eu, aqui”. Senhor Presidente: “não vamos falar mais”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, eu não falei absolutamente nada. Eu estou querendo falar sobre a minha negação da votação da dispensa do parecer que é a pauta”. Senhor Presidente: “sim. Calma, vereador, eu vou dar a palavra para o senhor”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu quero justificar e voltando...”. Senhor Presidente: “um momento, eu quero dar uma informação aqui. Eu quero dizer que em todo Brasil, para as pessoas que ficam o tempo todo, eles conhecem a lei, em todo Brasil, o prefeito tem que mandar o dinheiro dia vinte para a Câmara, até meia noite. Em todo Brasil, todas as Câmaras têm o direito de sete por cento e nós colocamos seis ponto quarenta, por quê? Poderíamos ter colocado sete, ele é obrigado a mandar, só para



acabar esse assunto, ele é obrigado a mandar. Pode ser cassado qualquer prefeito. Lá em Belo Horizonte, o prefeito tentou fazer gracinha com os vereadores, em vinte e quatro horas ele mandou o dinheiro. O prefeito queria interferir em Belo Horizonte, sentaram nele o bambu: ‘nós vamos cassá-lo amanhã’. Ficou esperto, mandou o dinheiro de noite. Isso é lei. Então, nós aqui estamos agindo no orçamento da Câmara honestamente. Isso já está enchendo a paciência. São seis ponto quarenta. E eu defendo a Câmara nisso. Amanhã eu não estou aqui não. Trinta e um de dezembro, meia noite, sou vereador ali. Para finalizar, eu vou dar a palavra para o senhor”. Vereador Tiago Almeida Tito: “só quero fazer uma justificativa aqui. Voltando talvez há meia hora, quarenta minutos atrás, foi feita a dispensa de parecer e interstício desse projeto, que é a contribuição que está regulamentando um aumento de repasse para a AMIG e para a GRANBEL, através de lei. O que foi o questionamento? Só para fazer um contexto histórico acho que de uma semana atrás ou duas, no máximo, o questionamento que estava em pauta aqui é que estão se repassando cento e trinta e dois mil para uma instituição, cento e oitenta mil para outra instituição e enquanto isso, entidades do município de Nova Lima, como Casa Rosal, NAT’s, estão sem o repasse sendo regulamentados, foi isso a discussão. E que nós pedimos que trouxesse mais embasamento em relação ao repasse dessas instituições, da AMIG e da GRANBEL, exatamente para a gente não cometer aqui uma injustiça, que a gente está ampliando recursos para essas instituições, que são de extrema importância para a organização dos municípios, para fortalecimento dos municípios, mas que outras entidades, tão importantes quanto elas em Nova Lima, estão



sem o repasse. Foi isso o questionamento que a gente fez aqui e que foi acordado com todos os vereadores que estavam aqui em Plenário, todos, sem exceção. Inclusive, na discussão a gente falou sobre o Hospital Nossa Senhora de Lourdes que estava tendo o repasse diminuído aqui e foi uma discussão de todos, sem exceção. E aí o município não passou a informação para a gente. Não sou contra o repasse da AMIG nem da GRANBEL, acho importante, mas outras entidades do nosso município, que a gente não esqueça, daqui a pouco a gente está indo pedir voto, daqui a um ano e meio, nós estamos indo pedir voto e essas pessoas beneficiadas por essas instituições vão nos cobrar, estão sem o repasse de subvenção há mais de dois anos. Isso que foi colocado aqui”. 6) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 364/2018, autoria do vereador José Guedes, que “Confere o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Padre Antônio Roberto de Oliveira”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 1.741/2018, que “Altera dispositivo da Lei Municipal nº 2.621, de 29 de dezembro de 2017 e dá outras providências”, em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação



o Projeto de Lei nº 1.741/2018, que “Altera dispositivo da Lei Municipal nº 2.621, de 29 de dezembro de 2017 e dá outras providências”, em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Encaminho o Projeto de Lei 1.741/2018 à sanção”. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 2) Projeto de Lei nº 1.728/2018, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Dispõe sobre os loteamentos de acesso controlado e dá outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, eu quero agradecer aos meus nobres pares, aos nove vereadores por terem aprovado esse projeto por unanimidade. Eu quero agradecer aqui, que está presente em Plenário, doutor Sílvio Cupertino, ele é advogado de vários dos condomínios da MG-030, do Vale do Sereno. E, finalmente, foi aprovado por esta Casa um projeto que regulariza os loteamentos residenciais, permitindo, naturalmente, garantindo o acesso de qualquer munícipe de Nova Lima nesses condomínios. A Câmara cumpre com o seu papel e só para deixar muito claro, esse projeto foi feito



baseado nas orientações do doutor Sílvio Cupertino, ouvindo os moradores, os representantes dos condomínios, quando da realização da audiência pública. Depois eu tive a oportunidade, junto ao doutor Sílvio, voltar aos condomínios para a gente exaurir a discussão do projeto, que ele foi feito com a participação da população, mas seguindo os decretos já emitidos pelo Chefe do Executivo, portanto, o projeto nada tem que vá de encontro aos decretos já emitidos. Portanto, eu acredito que é uma vitória para toda a população da cidade, tanto para os representantes que aqui também se encontram, queridos amigos, representantes de condomínios, quanto ao trabalho incansável. Viu, doutor Sílvio? Muito obrigado pela sua contribuição e também, naturalmente, a doutora Priscila, fizeram uma boa dupla nesse projeto. Muito obrigado aos nobres vereadores por essa votação”. Vereador Tiago Almeida Tito: “o senhor me dá um aparte? Só fazer um registro aqui do pessoal do Vila Castela e o Rogério. E mencionar exatamente essa questão da legitimidade que foi dada à comunidade naquela audiência pública. Parabéns, Álvaro, pela proposição”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “um aparte também, vereador? Eu quero parabenizá-lo. Mas eu penso que mais importante para as pessoas, é lógico que o pessoal do condomínio está aqui, eu penso que é extremamente importante, mas o trabalho do vereador, Álvaro, no sentido de quando a gente consegue trazer a população para dentro da Câmara para fazer as discussões que são necessárias, a política pública acontece. Eu penso que o grande gancho da política é justamente esse, de trabalhar com a população, ouvir a população. Aquela audiência pública foi um momento importante para a gente, que teve a contribuição de várias pessoas das



comunidades. E para quem fala que político não faz nada, o desfecho para quando a gente trabalha sério, é alguma coisa que vai beneficiar a população que aquela política pública se destina. Então, Álvaro, parabéns, que a gente continue trabalhando muito. Senhor Presidente, eu vou pedir licença porque eu tenho um compromisso agora e vou ter que sair”. Senhor Presidente: “pedir aos vereadores... Não vai ter quórum, não é, vereador? Silvânio. Está terminada a reunião, mas eu gostaria de fazer um desabafo aqui, toda semana está acontecendo isso e é o mesmo time. Está encerrada a reunião”.

---